Proj. de Lei n.º 1492/2006

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO
GABINETE DO PREFEITO

Lei n. 1302/GP/2006.

Em, 16 de Outubro de 2006.

Revoga a Lei 1255/GP/2005 e dá nova redação a lei do Plano Plurianual do Município de Pimenta Bueno para o período 2006-2009.

O Prefeito do Município de Pimenta Bueno - RO, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber que a Câmara Municipal de Pimenta Bueno-RO, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

LEI:

Art.1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2006- 2009 em cumprimento ao disposto no Art.165, Parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I,II,III,IV,V, VI, VII, VIII e IX dos órgãos que compõem o Orçamento Geral da Prefeitura .

Art.2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

Art.3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes, desde que aprovados pela Câmara Municipal de Pimenta Bueno.

Parágrafo Único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na LOA -Lei Orçamentária Anual.

Art.4º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa, desde que aprovados pela Câmara Municipal de Pimenta Bueno.

Art.5º O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de Maio de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vicente Homem Sobrinho,

Augusto Tunes Plaça
Prefeito Municipal